

GESTÃO PARTICIPATIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR BAIANO

Josinei Gonçalves Santos

Graduando em Pedagogia/UESB e bolsista do PIBID – Subprojeto
Licenciaturas da UESB e a Interdisciplinaridade em Educação do Campo

Letícia Santos Azevedo

Graduada em Pedagogia/UESB e colaboradora do PIBID – Subprojeto
Licenciaturas da UESB e a Interdisciplinaridade em Educação do Campo

Resumo: Aborda-se neste trabalho a política educacional frente às discussões de um poder centralizado, entendendo-se que em todo percurso histórico da educação brasileira a mesma sempre esteve atrelada a tomada de decisões de poucos. Nesta perspectiva, tecemos nossas reflexões partindo do princípio de uma gestão democrática como prática desafiadora na ambiência escolar. Para isso, analisou-se as falas dos autores envolvidos nesse processo e utilizaremos as bases legais da Constituição Federal de 1988 que preconiza a prática de uma política de participação da sociedade civil nas diversas esferas sociais. Mostraremos no decorrer desta pesquisa, experiências de indivíduos que participaram das inovações na educação de um município do interior da Bahia, tendo como propósito a análise crítica dos resultados promissores que uma educação conduzida com responsabilidade pode oferecer.

Palavras-chave: Educação , Política, Participação.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a educação tem uma grande parcela no desenvolvimento de uma nação, favorecendo tanto economicamente quanto social. Formar indivíduos cientes do seu papel participativo e transformador na sociedade é o grande desafio para o cenário atual da educação. O Brasil em todo seu percurso histórico sempre teve os poderes centralizados, só a partir da promulgação da constituição federal de 1988, conhecida também como “constituição cidadã”, que enfatizou a educação como dever e direito do cidadão, passando pela Lei de Diretrizes e bases de 1996 (Lei federal nº 9.394 de 20/12/1996), é que acontece a abertura do estado para participação do povo em sua gestão e controle, pois o estado vai reconhecer os direitos sociais do cidadão, sendo assim, esse se transforma em um momento propício pra que

todo cidadão participe das decisões em prol do bem coletivo, Discutiremos no decorrer deste trabalho como as políticas públicas influenciam nos bons resultados de um município. Como dizia Paulo Freire, “cidadão é o ser político, capaz de questionar, criticar, reivindicar, participar, ser militante e engajado, contribuindo para a transformação de uma ordem social injusta e excludente”.

Em consonância a isto, o nosso trabalho teve como princípio aulas teóricas ministradas pelo professor da disciplina Estrutura e Funcionamento da Educação II, Ubirajara Couto Lima, onde discutimos acerca da importância da sociedade civil participar da gestão escolar dando sua contribuição nas tomadas de decisões, o tempo em tivemos em sala de aula foi propício para realização de aula de campo, sendo realizada na cidade de Planaltino, com o objetivo de analisar a forma de gestão que é exercida naquele município. Saímos da UESB, às 06h30min acompanhados pelo professor da disciplina Estrutura e Funcionamento da Educação II, Ubirajara Couto Lima, chegando a Planaltino às 09h00min da manhã, fomos recepcionados pela equipe de trabalho da secretaria de educação local, em seguida o professor nos dividiu em grupos para que visitássemos os Conselhos Escolares – CE, Conselho do FUNDEB – CACS, Conselho de Alimentação Escolar – CAE, Conselho Municipal de Educação – CME, e o Projeto Político Pedagógico – PPP. Essa experiência é de grande importância para nossa formação, pois nos remete entender como funciona a educação, bem como sua organização e estrutura. Utilizando de forma conjunta teoria e prática, fomos vivenciar no município de Planaltino/Ba os frutos de uma administração comprometida com a educação fruto de uma gestão democrática, ou seja, todos participam das decisões, mostrando através disso que a educação pode dar certo, gerar resultados promissores, prova disso foi a nota Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, onde o município superou a meta para 2017, se destacando como melhor nota do Vale do Jequiçá. Em uma época que vivemos de incertezas na educação, um município de pouco mais de 8 mil habitantes dá exemplo que a participação da sociedade nas tomadas de decisões pode gerar grandes avanços.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 DESCRIÇÃO DO LOCAL DA VISITA

A visita se deu na cidade de Planaltino Bahia a cerca de 330 km da capital, com uma população estimada em 8.822 habitantes distribuídos em uma área de 927 km², sua receita é de 8.700.208 com despesas entorno de 8.540.290 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Pode-se observar que no município houve um avanço considerável em termo de educação, a exemplo de este ter superado a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB para 2017, destacando-se entre as cidades do Vale do Jequiriçá. No ensino fundamental I, a meta projetada para 2011 era 3,4 e o município alcançou a nota 4,3, no ensino fundamental II, Planaltino obteve uma das melhores notas do Estado da Bahia, atingindo 4,2, a meta projetada para o município em 2011 era de 2,9. Conclui-se que há um avanço crescente na situação educacional do município.

Na Escola Municipal Cantinho do Saber, percebeu-se uma grande harmonia entre funcionários e alunos, a organização estrutural da mesma é composta por uma área de lazer, 6 salas de aula onde funciona a educação infantil e duas turmas de fundamental I, a instituição de ensino tem 247 alunos matriculados regularmente, observou-se que os demonstrativos financeiros ficam exposto nos murais a disposição de todos que se interessarem saber, a escola recebeu do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, a quantia de 5.547,00 em 2012, sendo o primeira parcela em 13 de agosto e a segunda parte dia 16 do mesmo mês, que segundo a gestora da escola é utilizado basicamente com papelaria na compra de materiais. Sendo que o conselho escolar funciona de forma atuante, um dos problemas do conselho atualmente é em colocar os alunos em níveis iguais, outro é a questão da formação de professores que no município existe, mas nem todos colocam em prática, nessa escola a gestão é democrática, em que todos os seguimentos participam das decisões, desde o secretário de educação até o porteiro, pois subtende-se que quando não se trabalha de forma democrática o projeto de uma educação de qualidade esbarra no portão, em uma das falas a professora Anailta Nascimento Lago, docente do 1º ano, percebe-se o compromisso do secretário de educação no apoio aos conselhos “ Nunca houve um secretário de educação compromissado, mais que isso paixão pelo que faz”

No turno vespertino nos reunimos na Secretaria Municipal de Educação, esporte e lazer, espaço bem localizado e o mais importante são relações interpessoais, onde todos dialogam e a convivência é harmoniosa. Neste espaço nos foi apresentado o Conselho Municipal de Educação, criado em 1996 e sendo regulamentada sua lei em 14 de novembro de 2009, esse

conselho tem como presidente um membro do seguimento de pais. O que ficou evidente em algumas falas que em gestões antigas existia grande resistência dos poderes públicos na real efetivação do conselho, tendo como característica um poder centralizado, não se dava oportunidade para participação da comunidade escolar nas decisões de interesse coletivo, no município são feitas audiências públicas para se avaliar o que foi realizado e alcançado na educação, como o conselho municipal de educação de Planaltino realmente atua, frutos de toda essa organização, fez com que a cidade fosse contemplada com um polo da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, onde 55 profissionais estão em processo de graduação, contribuindo com o desenvolvimento do ensino local. Foram feitos alguns questionamentos para os membros do conselho a respeito dos problemas mais frequentes que existem, obtivemos como resposta a falta de tempo para participar das reuniões, por a maioria dos membros do conselho trabalhar 40hrs semanais, através da atuação do conselho criou-se o Plano Municipal de Educação, a formação continuada para os professores e o plano de carreira dos mesmos que foi aprovado em 2010, a principal meta do conselho é buscar incentivos para os alunos do ensino médio a prosseguirem a vida acadêmica.

Criada em 1951 era uma escola estadual, passa a ser municipal em 2002. Atualmente tem um total de 108 alunos sendo 20 a 30 alunos por sala. As aulas acontecem nos turnos matutino e vespertino. Tem como diretora, Renilda Santos Oliveira Jesus que tem nível superior em história. A instituição tem 14 funcionários que se dividem em: 4 professores, 1 coordenador, 2 merendeiras, 1 diretora, 1 secretário, 1 porteiro, 3 serviços gerais, 1 nutricionista.

As turmas se dividem em: 3ª série do fundamental, de oito anos, 3ª ano do fundamental, de nove anos, 3ª e 4ª do fundamental de oito anos.

Há na escola Clemente Mariano três salas de aula; uma sala de apoio onde acontece as reuniões e as crianças merendam; uma sala de informática com cinco computadores, uma biblioteca / diretoria que funcionam em uma mesma sala, uma cozinha com freezer, geladeira, fogão industrial etc. A escola fica localizada ao lado de uma creche em uma rua aparentemente tranquila, tem o espaço físico geral grande, porém com algumas salas pequenas. Não existindo um local apropriado para guardar a merenda, ficando está junto de outros materiais. As salas estão bem conservadas e decoradas com carteiras novas. No que diz respeito à participação do Conselho Escolar os membros do conselho dão sugestões do que fazer para melhorar a educação e o desempenho dos alunos, trazendo projetos para a escola, curso de capacitação para merendeiras, funcionários de serviços gerais e professores. Trazer

os pais para participar da escola também é uma das atividades que o conselho discute, e acredita que é através da credibilidade que a escola transmite é o que faz com que os pais participem dela, pois, hoje a escola tem projetos com aulas de flauta, dança etc., além disso, eles fazem reuniões individuais com os pais de cada alunos.

Vale destacar que na escola tem um projeto cujo nome é **cracs da cidadania**, com aulas de flauta, violão, dança, caratê, percussão e fanfarra que é coordenado por Graça Sodré. Há também aulas de reforço de português e matemática.

Para eles não tem nenhum problema em um professor fazer a merenda caso a merendeira venha a faltar o que não pode é deixar os alunos sem a merenda, não há rejeição quanto a isso. Na atual gestão não há problemas em relação aos recursos financeiros da escola, pois com o conselho atual uma real fiscalização.

O Colégio Isaura Couto da Silva leva esse nome em homenagem a Isaura Couto da Silva, primeira professora formada do município teve seu diploma assinado por Ruy Barbosa (11.08.1890). O colégio foi visitado para que fosse observado o Projeto Político Pedagógico do mesmo, a gestora, Sra. Sheila M. Tranzilo, licenciada em letras, pós-graduada em língua, linguística e literatura, apresentou para a equipe o PPP.

Este atualmente possui 550 alunos, distribuídos em três turnos sendo que no noturno funciona apenas Educação de Jovens e Adultos – EJA, e no diurno de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental II, com eixos de 01 a 05. O Colégio Isaura Couto da Silva possui em sua estrutura física, 10 salas de aula, 01 biblioteca (municipal) que segundo a gestora está aberta a toda comunidade, 01 sala para professor, 01 sala para diretor, 08 sanitários para discentes e docentes, 01 sala de recursos multimídia, 01 laboratório de informática, 01 almoxarifado, 01 cozinha, 01 quadra (não está em bom estado). O quadro de funcionários do colégio é de 45 profissionais sendo 21 professores.

O colégio recebe alunos portadores de necessidades especiais como: cegueira total e parcial e Transtorno Geral do Desenvolvimento – TGD, utilizando uma sala com alguns recursos a exemplo teclado em braile, TV, livros especiais, aparelho de som, DVD entre outros, segundo a gestora a recente experiência da inclusão tem encontrado barreiras por parte dos alunos ditos “normais” no que diz respeito à aceitação bem como das famílias das crianças especiais que não enxergam escola como sendo local acolhedor para seus filhos, barreiras estas que vem

sendo quebradas pois já se pode observar uma aceitação melhor do alunos e das famílias relatando que hoje todos estão aprendendo muito com a inclusão.

No Colégio Isaura Couto da Silva, acontecem vários projetos que mobilizam toda a comunidade escolar a exemplo, Projeto: Sementes, Medidas e Cores da Leitura e Escrita, que fomenta a leitura e a escrita no colégio. Projeto: Horta na Escola (não está acontecendo por conta da seca que castiga a cidade de Planaltino). Projeto: Sexualidade Diálogo Olho no Olho, trabalho desenvolvido com pais e alunos. Projeto: Intervalo Interativo, os alunos tem um recreio dirigido com atividades interativas. Projeto: Craques da Cidadania, que contempla vários segmentos com oficinas de capoeira, dança percussão e flauta.

Projeto: Seminário das Boas Práticas está na sua 3ª etapa, que acontece sempre ao final de cada ano letivo e tem como objetivo promover interação entre escola e comunidade incentivando ações que beneficiam a todos.

A merenda escolar é fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, segundo a gestora no ano de 2009 a merenda era 100% industrializada, no ano de 2011 passou a ser parcialmente industrializada sendo apenas 2 dias da semana e os outros 3 orgânica, apenas no ano de 2012 esta passou a ser 100% orgânica, um nutricionista elabora o cardápio da merenda escolar, sendo obrigatório que os alimentos sejam adquiridos pelo menos em 30% através do Programa Agricultura Familiar, afim de beneficiar os pequenos agricultores da região bem como para que os alimentos cheguem com mais qualidade até a escola, acontece que devido a seca a oferta desses alimentos tem caído por conta da seca, salientando que os alunos estão muito mais satisfeitos com a merenda. A cozinha do colégio foi equipada com móveis e utensílios dentre outros comprados com o dinheiro da escola.

Segundo a gestora Sra. Sheila, com a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB ocasionou dinheiro na escola, o caixa escolar recebeu do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o valor de R\$ 9.569,70, dados referente ao fechamento em 12/10/2011. A cozinha do colégio foi equipada com móveis e utensílios dentre outros comprados como dinheiro da escola, o IDEB do colégio Isaura Couto da Silva, no ano de 2009 foi de 3,4 chegando em 2011 a 4,1 sendo este o maior do vale do Jequiriçá onde fica localizado o município de Planaltino.

3. Análise dos estudos teóricos e questões observadas

Sabe-se quanto ao modelo educacional, tínhamos no país um modelo centralizado que se resumia no ensino tradicional, modelo este que atentava-se ao ensino bancário, onde apenas era depositadas informações, o docente não era levado a refletir sobre sua prática educativa, diante dessa situação vale ressaltar que a gestão escolar se dava pelo poder do diretor ou traduzindo pelo nome ideal gestor, que tomava todas as decisões, e isso se refletia na educação escolar, ou seja, não se articulava em volta da criação de conselhos que servisse de suporte para administração da escola, onde a comunidade escolar e local participasse da construção de metas e objetivos, para o desenvolvimento da organização escolar. Comungando com as ideias de Libâneo (2001), que explica gestão democrática assim:

A gestão democrática- participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe-se a docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola, por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo e do consenso (p.105).

Os estudos feitos em sala faz parte da temática gestão democrática, onde favorece a participação da sociedade civil nas tomadas de decisões em prol da coletividade. Percebe-se que o não funcionamento desse tipo de gestão impossibilita o desenvolvimento da educação e consequentemente do país, sabe-se que em muitos municípios ainda existe o poder centralizado, com nenhuma participação da sociedade, contrariando assim, o princípio da soberania popular que diz que todo poder emana do povo, tendo como bases legais a constituição federal de 1988 e a LDB de 1996, quando o estado reconhece os direitos coletivos frente aos individuais. Observou-se que os conselhos funcionam de forma atuante contribuindo para o desenvolvimento da educação, o que nos remete em pensar nas tomadas de decisões pertinentes para com o rumo da educação em nosso País, esta mola mestra para o progresso. A luz de Almond e Verba (2002), Lins dialoga sobre a importância da educação:

A educação é um dos mais poderosos meios de transformação das mentalidades tradicionais, em direção à racionalidade. [...] Só aqueles que detêm maior conhecimento, e que melhor apreendem a complexidade da tecnologia moderna, são considerados capazes de tomar as decisões sobre os bens públicos e sobre os rumos da sociedade (p. 28).

Estes sendo construtores da práxis, intelectuais da educação percussores do avanço, comprometidos por mudanças estruturais que nortearão as práticas na ambiência e em todas as instâncias educacional. Visto que, é essencial uma transformação de concepção da prática

docente em nossas instituições educacionais, a fim de rever a função deste profissional como ser intelectual, transformador e provedor de uma educação mais justa e igualitária.

Mesmo em um regime de governo democrático faz-se necessário, um trabalho de conscientização do cidadão para com a sua participação, estando este no mundo e com o mundo. Nesse sentido essa tarefa não concretizará se mantivermos modelos de gestão ditatoriais dentro do espaço que vai formar esse indivíduo, ou seja, a escola. No que diz respeito a isso Teixeira (1957), defensor da escola pública explica: “Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a maquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”. Atualmente ainda é a escola o lugar mais importante para formar cidadãos democráticos, por ser um espaço onde as diferenças, seja ela de ordem econômica de raça ou gênero, convivem juntas, se transformando em lugar ideal para discutir a participação e democracia.

Em contrapartida Freire (1981) sabiamente nos permite refletir sobre o primordial papel da Educação esta comprometida com a justiça, com a democracia, com a o bem social de seus sujeitos quando cita:

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. (FREIRE, 1981, p.32)

Por outrora, a educação de qualidade esta fruto de políticas sérias que viabilizam os educandos em sua formação humana, não é compreendida por aqueles que lutam por propostas democráticas, emancipadoras como sendo um sonho impossível, mas uma realidade a ser conquistada por muitos, basta a participação de todos, pois, como cita Demo (2001) “participação é conquista”.

Diante das discussões que foram colocadas até aqui, fica evidente que o alcance das metas de uma gestão democrática faz-se necessário o envolvimento da comunidade escolar como um todo, na busca por resultados promissores nas suas praticas pedagógicas. Formar indivíduos participativos é mais um desafio da comunidade escolar, Libâneo (2001, pág.; 79), assim descreve a importância da participação: “A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”.

Sendo a participação peça chave para a inserção dos indivíduos nos vários espaços na sociedade, vale salientar que não existem métodos que venham ensinar as pessoas a participarem, frente a isso a educação ainda é responsável direta pela formação do espírito crítico nos cidadãos, nesse processo poderíamos também citar os primeiros lugares onde os indivíduos participam e em muitos momentos nem se dão conta, ou seja, esses espaços seriam a família, partindo para associações de bairros, como citamos no parágrafo anterior que não existe fórmula para se ensinar participação, seriam esses espaços o princípio para o despertar do indivíduo.

Na atualidade muitas conquistas foram alcançadas, mas há muito que precisa ser conquistado, percebe-se que o estado cria caminhos para que o indivíduo tenha seus direitos efetivados, entende-se que para se concretizar tais conquistas é necessário que se elimine o poder do convívio social dos indivíduos, onde a sociedade sempre em busca de uma forma de vida ideal em que o coletivo supere o individual, compreende a dificuldade de se ampliar esses direitos conquistados na prática. A partir dessa concepção podemos dialogar com Arroyo (1995), Quando diz:

As contradições trazidas á ordem liberal pelas pressões democráticas e pela ampliação dos direitos de cidadania tem dificuldade de serem incorporadas na prática educativa, que continua sonhando com um modelo de sociedade corporativa, onde só é útil a cada abelha o que é útil ao enxame. (ARROYO, 1995, p. 60).

No momento em que desvinculamos educação de política tira-se um direito fundamental dos indivíduos, ou seja, é na participação política e na construção de sua identidade que os cidadão, essa pratica não é nova desde muito tempo que procurou-se a criação de uma dualidade na educação em que era oferecido modelos distinto de educação, onde a classe burguesa era formada como intelectuais e a classe operária para servir como mão de obra, neste instante e exclui-se o povo de uma formação crítica, com referência a isso Arroyo(1995) explica:

Não se exclui apenas o povo da política, mas tenta-se excluir a política da história, considerando sem sentido e até como uma loucura qualquer ação política que não se limite a respeitar o caminho inexorável e invisível da barbárie á civilização, entendida como progresso capitalista (ARROYO, 1995, p. 55).

Vive-se um momento propício para que tenhamos uma sociedade melhor, basta instruímos e sermos instruídos a participar, isso se dá no momento em que percebermos que os avanços na

educação dependem da colaboração de todos, e que os direitos coletivos sobressaem sobre os individuais.

CONCLUSÃO

A pesquisa de campo nos serviu para analisarmos de forma crítica com é o funcionamento da educação, bem como sua organização. Saí das quatro paredes é essencial para vivermos o ambiente que será nosso local de trabalho futuramente, fazemos um curso quase todo teórico, só vamos a campo no fim do curso e essa foi uma das poucas oportunidades que tivemos para conhecer melhor a realidade, em nossa vida acadêmica essa experiência vai servir para nos orientar a respeito de nossas práticas em educação. Com várias mudanças na sociedade a educação também acompanhou e o professor deve seguir junto, se nos primórdios de nossa história tínhamos um poder centralizado, hoje essa ideia não se sustenta mais.

Fomos a uma realidade muito atípica em se tratando de Brasil, onde os desvios e a corrupção ainda são um mal a ser vencido. O município de Planaltino nos mostrou que a educação dar certo e que é possível governar com seriedade e compromisso com os recursos públicos, partindo na frente em relação a outros municípios vizinhos, talvez por os gestores da cidade entenderem que a educação é a grande aliada do desenvolvimento social e econômico, em pouco tempo de implementação da Gestão Democrática, a cidade já tem o que comemorar, podemos citar como exemplo, e atualmente orgulho dos Planaltinense, a nota do IDEB, sendo a melhor de todo Vale do Jequiriçá, tendo ligação direta com o modelo atual da gestão. O País está em fase de crescimento e a educação deve crescer simultaneamente, o desenvolvimento da mesma, resultará em indivíduos qualificados cientes de seu papel na sociedade e o município é o lugar propício para participarmos das decisões por ser o nosso lugar de origem, onde temos raízes é necessário que a escola promova atividades que gere interesse a participação de todos, como grêmios estudantis, Conselhos Escolares etc. Estamos no caminho certo para alcançarmos as metas que almejamos que é acabar com o analfabetismo e diminuir as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Janete M. Lins. *A Educação como política pública*. - Campinas: Autores associados, 2002.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lex:** Leis de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB), Brasília, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BUFFA, Ester/ ARROYO, G., Miguel/ NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania*. 5ª Ed.- São Paulo: Cortez, 1995. – (Coleção Questões de Nossa Época); v.19)

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Ideologia e educação:** reflexões sobre a não neutralidade da educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <
<http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Ftp/leg/LEI%20n9424m.doc>>. Acesso em: 20 Out. 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. – Goiânia: Editora Alternativa, 2001.